

DIÁLOGOS ENTRE A PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA E A EDUCAÇÃO POPULAR: POSSIBILIDADES EMANCIPATÓRIAS NUMA ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA

Cheron Zanini Moretti

Aline Mesquita Corrêa

Cristina Luisa Bencke Vergutz

Introdução

Na quarta maior região em produção de tabaco do país, encontram-se duas das 148 Escolas Famílias Agrícolas em funcionamento no Brasil. No entanto, elegeu-se uma delas, como campo empírico dada a sua escolha consciente em aproximar os instrumentos da Pedagogia da Alternância e os princípios da Educação Popular em todo seu processo metodológico afim de, através da alternância entre o *tempo-espaço-escola* e *tempo-espaço-campo*, aliar saberes populares a conhecimentos científicos para articular o direito de ser educado onde se vive, com o direito de construir sua própria pedagogia, conforme necessidades advindas de sua realidade. Considerou-se, ainda, a sua trajetória e sua experiência de mais de 6 anos com/na Educação do Campo.

Sendo assim, nesse estudo temos como objetivo geral: compreender como acontecem as possibilidades emancipatórias nessa Escola Família Agrícola situada na Região do Vale do Rio Pardo, Rio Grande do Sul. Para tanto, apresentamos aspectos de contexto histórico da Pedagogia da Alternância e da Educação Popular buscando compreender o encontro entre ambas na realidade brasileira. E, em seguida, buscamos identificar o processo de constituição das possibilidades emancipatórias no diálogo entre a alternância entre os *tempos-espaços* e a intencionalidade política da educação popular.

Sobre o aspecto metodológico, ainda cabe mencionar que investigar o encontro entre a Pedagogia da Alternância e a Educação Popular tramou-se a partir dos elementos produzidos pelo meio; dos processos e produtos centrados nos sujeitos, bem como os originados pela estrutura socioeconômica e cultural do macrorganismo social dos mesmos (TRIVIÑOS, 1987). Sendo assim, entende-se que a experiência social do ato educativo e das relações pedagógicas não acontecem sem contradições e em meio às contradições do sistema-mundo (colonial-patriarcal-imperialista-capitalista). Especialmente, na região econômica estudada são conflitantes os objetivos emancipadores inerentes à pedagogia *do camponês e da camponesa* com os interesses corporativos da agroindústria.

1. Pedagogia da Alternância e Educação Popular: encontro entre alternativas no contexto de *fechamento democrático*

A origem da Pedagogia da Alternância é europeia e está fortemente vinculada a um contexto de crise econômica e entre as duas grandes Guerras, no início do século XX. De um modo geral, a consolidação de um novo desenho urbano, resultado do êxodo rural frente à reorganização dos centros industriais, aumentaram as relações de dependência entre o campesinato remanescente e os grandes proprietários de terras. O abandono das políticas de direitos básicos aos trabalhadores/as do campo por parte do Estado traduziu-se em exclusão e em analfabetismo (NASCIMENTO, 2005). Essa era uma realidade comum no Velho Continente. No entanto, a situação de pauperização, expropriação e exclusão dos camponeses, foi razão suficiente para a busca de alternativas no campo da produção econômica e da educação. Na Itália, por exemplo, as famílias operárias vinculadas aos sindicatos buscou nos setores progressistas da igreja católica traçar caminhos próximos ao da educação popular (GIMONET, 2007) para garantir o acesso à educação. A década de 1930 foi rica, portanto, em experiências de alternâncias de espaços de aprendizagens. No entanto, somente no final da década de 1950 e início da década de 1960 é que se conheceu a primeira Escola Família Agrícola (EFA), na região de Treviso, na Itália.

As experiências das campanhas de alfabetização, o método Paulo Freire e a proliferação dos Círculos de Cultura, no país, preparam o terreno para alternativas pedagógicas no campo e na cidade. A Escola Família Agrícola surge, mais precisamente, no Estado do Espírito Santo, no de 1968, já sob referência das ideias de vinculação entre educação, fé e política. (CAGLIARI, 2013). Mas, também, surge no contexto em que propostas emergentes dos sujeitos do campo enfrentavam, pelo menos, dois obstáculos para seu desenvolvimento: a forte influência da chamada Revolução Verde que “modernizava” a agricultura através da incorporação massiva da tecnologia desconsiderando a cultura e as exigências dos camponeses; e, o próprio cenário político e social de opressão e repressão instaurado pelo Golpe Civil Militar, em 1964, que coibia toda e qualquer ação educativa crítico-reflexiva.

De acordo com Paludo (2011), há três momentos na constituição da educação popular que acompanham o processo de desenvolvimento brasileiro: o primeiro, motivado pela Proclamação da República (1889), representa o processo de transição de um modelo agrário-exportador para um modelo urbano-industrial; o segundo momento, entre os anos 1945 a

1964, contra com o protagonismos dos movimentos com influência no método Paulo Freire; e, por fim, o terceiro, anos finais da década de 1970 até meados dos anos 1990, em que “há a (re)emergência das lutas populares” que reafirmam as concepções de educação popular como “educação do povo, com elaboração pedagógica e nas práticas educativas não formais” além da luta por uma educação formal como direito e “como espaço de disputa de hegemonia e de resistência” (PALUDO, 2011, p.282).

Assim, podemos observar que a Pedagogia da Alternância, no Brasil, se materializa no entremeio do segundo para o terceiro momento da educação popular, ou seja, entre a violência do fechamento democrático às ações políticas e culturais com aspirações populares e a redemocratização brasileira e as lutas pela reforma agrária e por políticas públicas para o campo e seus sujeitos. Essa pedagogia se redescobre nos anseios sociopolíticos dos movimentos sociais populares e se potencializa nas interações que estabelece com os ideais freirianos presentes nos processos contra toda a forma de desumanização, utilizando a força de sua organização pedagógica para o exercício, a compreensão, a análise e ação *na e da* realidade política, social, econômica, cultural e histórica tendo a problematização como processo de ensino e aprendizagem pautado na conscientização (FREIRE, 2005,1987).

2. Diálogos entre a alternância entre os *tempos-espacos* e a intencionalidade política da educação popular

A Pedagogia da Alternância se fundamenta em pilares que relacionam dialeticamente *fins e meios*. O primeiro, objetiva a formação integral do homem e da mulher do campo e o desenvolvimento do seu meio (nos âmbitos sociais, econômicos, ambientais e políticos). Já o segundo, através da associação local (comunidade, família, instituições) e a alternância entre os diferentes tempos e espaços buscam metodologias adequadas à realidade em que se produz e reproduz a vida. Entende-se, no entanto, que essa pedagogia para se efetivar como alternativa às muitas que habitam as escolas rurais dialoga com a intencionalidade política que fundamenta a educação popular: por que está a serviço de uns e não de outros? Em favor de quê ou de quem ela se constrói cotidianamente? Assim entendida, a educação como um ato político, como uma opção pelo compromisso com os povos do campo as possibilidades emancipatórias se apresentam no reconhecimento de inacabamento dos sujeitos no movimento de se fazer sabedores de sua própria história, tanto individual como coletiva.

A Do-Discência, uma práxis compartilhada: na escola do campo a discussão da possibilidade emancipatória pode começar pela docência partilhada com a discência, a *do-discência*. Os

diferentes papéis de docência tramados pela família, pelos/as educandos/as e pelos/as monitores/as favorecem o encontro dos saberes populares e científicos. Entende-se assim, que pensar possibilidades emancipatórias a partir das *práxis do-discentes* é pensar o presente como carregado de possibilidades verificáveis na vida e nas experiências dos povos do campo. E que o futuro, por não ser acaso, trama-se também no presente.

Partir da realidade, o trabalho na terra: a pedagogia e a educação progressistas implicam em problematizar o tempo e a história. Logo, relacionar as condições da existência humana desde o local ao global. Por quê a monocultura que está presente numa pequena propriedade familiar é um problema pedagógico? Como se aprende com e no trabalho? Qual a relação entre a educação e o trabalho? Nas relações *do-discentes* se faz relevante traduzir a possibilidade de emancipação a partir de situações concretas encontrando no cotidiano situações formativas que reconhecem na terra matriz pedagógica para uma existência em condição de *ser mais* no tempo presente. Ao articular os conteúdos à realidade, os/as educandos/as se mobilizam e participam de forma protagonista do processo educativo. Nesse mesmo sentido, a Pedagogia da Alternância assume que todo conhecimento é inseparável dos sujeitos e das experiências produtoras de conhecimentos, de valores, de cultura e de emancipação.

Conhecimento e Humanização: ao expandir o presente, através das experiências individuais e coletivas, nas *práxis do-discentes* por meio do conhecimento da realidade para transcendê-la e transformá-la, a escola que se propõe à superação da situação desumanizante. Porém, isso implica em enfrentar o sistema capitalista. Como conquistar a emancipação humana das condições de exploração e opressão que atingem os/as esfarrapados/as do mundo? No movimento camponês, que tem se fortalecido através de muitas formas de lutas, encontra na educação um *espaço-tempo* potente para constatar a condição de opressão sofrida diante da classe que o desumaniza. Logo, a dimensão política da educação que busca na essência das relações explicações que podem levar a tramar a esperança no homem e na mulher como sujeitos da transformação.

Considerações Finais:

Sendo a realidade o ponto de partida e de chegada para toda e qualquer *práxis* educativa, a emancipação irá se fazer presente como *possibilidade*. Enquanto alternativa de ensino e aprendizagem, capaz de se propor a superação do agronegócio com vistas a uma forma de vida pela agroecologia e agricultura familiar, a EFA estudada nos leva a considerar

que as possibilidades emancipatórias estão presentes, desde a tomada de decisão em permanecer ou não no campo, no processo de conscientização de humanização nesse território até a compreensão do trabalho com/na terra como um princípio educativo. Encontramos muitas histórias vividas e refletidas que compõem a tensão dialética entre o *estar sendo* e o *vir a ser*. Nessa tensão, está em disputa, também, a produção de um tipo de conhecimento e visão social de mundo. Como sabe-se que essa possibilidade de uma nova forma de existência não é fruto do acaso, compreende-se as experiências presentes como sinais que tramam a esperança no homem e na mulher como sujeitos da transformação.

Referências

CAGLIARI, Rogério. *A presença da família camponesa na Escola Família Agrícola: o caso de Olivânia*. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória/ES, 2013.

FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 28ª ed, 2005.

_____. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 17ª ed. 1987.

GIMONET, Jean-Claude. *Praticar e compreender a Pedagogia da Alternância dos CEFFAS*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

NASCIMENTO, Claudemiro Godoy. *A educação camponesa como espaço de resistência e recriação da cultura: um estudo sobre as concepções e práticas educativas da Escola Família Agrícola de Goiás - EFAGO*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação. Campinas, SP, 2005.

PALUDO, Conceição. *Educação Popular*. In: CALDART, Roseli S.; et al (Orgs.). *Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio: Expressão Popular, 2012, p. 280-285.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação: o positivismo, a fenomenologia, o marxismo*. 1. ed. São Paulo: Atlas, 1987.